

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

**Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Central Solar do Pinhal Interior II - Hibridização com Parque Eólico
do Pinhal Interior e respetiva Linha Elétrica Aérea 60kV**

Título: Relatório de Consulta Pública

**Central Solar do Pinhal Interior II - Hibridização com Parque
Eólico do Pinhal Interior e respetiva Linha Elétrica Aérea a
60kV**

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: Junho de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	4
6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

ANEXO I

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Central Solar do Pinhal Interior II - Hibridização com Parque Eólico do Pinhal Interior e respetiva Linha Elétrica Aérea a 60kV** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, sujeito a um procedimento de Consulta Pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 22 de maio a 12 de junho de 2025.

O proponente do projeto é a Total Energies Renewables Portugal Hibridização e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O Projeto tem como objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável e não poluente – o sol.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se nos concelhos de Castelo Branco e Proença-a-Nova.

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Centro e nas câmaras municipais de Castelo Branco e Proença-a-Nova;

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 6 exposições provenientes de: CHIRO - Associação Morcegos; Cidadãos, a título individual: 5.

A análise dos pareceres recebidos — cujos aspetos mais relevantes se sintetizam a seguir —reflete as dificuldades inerentes à conciliação entre os objetivos da transição energética e a preservação do território e das comunidades afetadas.

A **CHIRO** recomenda que sejam adotadas medidas rigorosas para a proteção dos morcegos, salientando a importância de uma caracterização detalhada da situação de referência, com campanhas mensais de amostragem acústica realizadas entre março e outubro, utilizando detetores de ultrassons passivos de espectro total, e a monitorização de abrigos num raio de até 10 quilómetros em torno da área de implantação, incluindo estruturas como minas, pontes e edifícios, com especial atenção aos períodos de hibernação e maternidade.

Defende ainda a avaliação dos impactes diretos e cumulativos decorrentes da instalação e operação da Central, como a perda e fragmentação de habitat, a perturbação de rotas de deslocação e os possíveis efeitos de barreira, bem como a elaboração de um plano de monitorização que abranja, pelo menos, os dois primeiros anos de exploração, incluindo prospeções semanais para determinação da mortalidade associada à infraestrutura.

Por fim, recomenda a implementação de medidas de mitigação e compensação, como a preservação de áreas florestais com árvores maduras e núcleos de quercíneas, a criação e manutenção de corredores ecológicos que garantam a conectividade entre habitats relevantes e a adoção de boas práticas durante os cortes de árvores, assegurando a salvaguarda de exemplares utilizados como abrigo por morcegos.

Os contributos dos **cidadãos** que se manifestaram a título individual evidenciam uma forte oposição ao projeto, com preocupações centradas nos impactos ambientais, sociais e de saúde pública. Embora reconheçam a importância da transição energética, consideram inaceitável a instalação de parques solares em zonas florestais, alertando para a destruição de ecossistemas essenciais, o aumento do risco de incêndios e a perda de biodiversidade. Defendem alternativas com menor impacto, como a utilização de terrenos degradados ou áreas urbanas.

Uma das críticas mais evidenciadas refere-se à omissão da avaliação dos impactos na saúde humana, especialmente sobre a população envelhecida e com doenças crónicas residente no território em causa, destacando a ausência de uma análise específica dos riscos agravados pelo calor extremo, pela perda de cobertura vegetal e pela insuficiência no acesso a cuidados de saúde, bem como a necessidade de aplicação de medidas concretas de mitigação e compensação orientadas para os grupos mais vulneráveis, em consonância com os princípios da equidade territorial, da justiça climática e da proteção constitucional da saúde.

Além disso, sublinham a necessária exigência de garantias de proteção às populações locais, incluindo compensações, oportunidades de emprego, acesso à informação e participação nas decisões.

Em síntese, os contributos convergem na defesa de uma transição energética justa, que respeite os limites ecológicos e os direitos das comunidades.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão

ANEXO I

Exposições recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	PDA Central Solar do Pinhal Interior II - Hbridização do PE Pinhal Interior e LE a 60 kV
Nome completo	PDA Central Solar do Pinhal Interior II - Hbridização do PE Pinhal Interior e respectiva Linha Eléctrica a 60 kV
Descrição	O Procedimento de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental tem como objetivo a identificação, análise e seleção das vertentes ambientais significativas que podem ser afetadas pelo projeto e sobre as quais o Estudo de Impacte Ambiental deve incidir. A decisão sobre a Proposta de Definição de Âmbito (PDA) não constitui uma decisão sobre o projeto, mas sim sobre o conteúdo do Estudo de Impacte Ambiental. A decisão sobre o projeto ocorre após um sequente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.
Período de consulta	2025-05-22 - 2025-06-12
Data de início da avaliação	2025-06-13
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	TotalEnergies Renewables Portugal Hbridização
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Clara Sintrão

Eventos

Documentos da consulta

Proposta de Definição de Âmbito	Documento	https://siaia.apambiente.pt/PDA2.aspx?ID=256
---------------------------------	-----------	---

Nº Participações	6
Nº Seguidores	9

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	0
Discordância	4
Geral	0
Proposta concorrente	0
Reclamação	1
Sugestão	1

Participações

ID 85489 Marta Isabel Palhim Cardoso em 2025-06-12

Comentário:

Discordo deste projeto. Apesar da crescente necessidade de transição energética e do investimento em fontes renováveis como a energia solar, não podemos ignorar os impactos ambientais significativos que certos projetos acarretam. A proposta de instalação de um parque solar em plena zona de floresta levanta sérias preocupações que não podem ser desvalorizadas. As florestas são ecossistemas complexos que albergam uma imensa biodiversidade e desempenham um papel essencial na regulação climática, absorvendo grandes quantidades de dióxido de carbono. Desmatar áreas florestais para instalar painéis solares é contraditório: ao mesmo tempo que se procura produzir energia limpa, destrói-se um dos principais aliados no combate às alterações climáticas. Além disso, a perda de habitats naturais compromete o equilíbrio ecológico e coloca em risco espécies vegetais e animais que dependem dessas áreas. A perturbação dos solos e dos cursos de água, a fragmentação da paisagem e o aumento do risco de incêndios são também consequências frequentemente associadas a este tipo de intervenção. Há alternativas viáveis que merecem ser exploradas com prioridade, como a instalação de parques solares em terrenos degradados, áreas industriais desativadas ou coberturas de edifícios. Estas soluções permitem gerar energia de forma sustentável sem sacrificar património natural. O desenvolvimento sustentável só faz sentido se respeitar os limites ecológicos. A floresta não é um espaço vazio à espera de utilidade — é um recurso vital que já presta inúmeros serviços ambientais. Preservá-la é tão ou mais importante do que produzir energia limpa.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 85488 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-06-12**Comentário:**

Face ao potencial da região para os morcegos e aos eventuais impactes negativos provocados pela CSF Pinhal Interior, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá que incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:-Caracterização da situação de referência (ano 0) que inclua amostragens acústicas (campanhas mensais de março a outubro; detetores de ultrassons passivos de espectro total; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois; número de locais de amostragem adequados à dimensão da CSF Pinhal Interior II e aos principais habitats presentes) e prospeção/monitorização de abrigos (raio de até 10km ao redor da área de implantação da CSF; com especial atenção aos períodos de hibernação e maternidade, a edifícios, minas, minas de água, pontes e outras infraestruturas que possam ser utilizadas como abrigos por morcegos).-Avaliação dos impactes provocados pela CSF Pinhal Interior II.-Avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (parques eólicos, vias de comunicação, empreendimentos turísticos, centrais solares fotovoltaicas, etc.).-Plano de Monitorização (PM) que inclua pelo menos os dois primeiros anos de exploração e caso se considere necessário, também a fase de construção da CSF Pinhal Interior II. O PM deverá adotar as metodologias já implementadas para o ano 0 (se necessário, ajustá-las) e determinar a mortalidade provocada pela CSF (prospeção de cadáveres semanal pelo menos de Março a Outubro, nas áreas dos painéis fotovoltaicos, linha elétrica, postos de transformação, contentores de armazenamento, subestação elevatória e vedações; amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade).Considera-se ainda que a CSF Pinhal Interior II e respetivas linhas elétricas:-Não deverá afetar núcleos de quercíneas nem áreas florestais que contenham árvores maduras ou de maior porte.-Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas e de outras folhosas autóctones, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caracterização, dentro e fora da área de implantação da CSF).-Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat em áreas adjacentes à CSF, e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.-Quando do corte de árvores, devem ser adotadas medidas de salvaguarda da eventual utilização das mesmas como abrigo pelos morcegos.A CHIRO – Associação Morcegos.PT12 de junho de 2025

Anexos: 85488_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_PDA_CSFH_PE Pinhal Interior II.pdf

Tipologia: Sugestão

ID 85476 Lia em 2025-06-12**Comentário:**

Cortar árvores, e colocar animais em risco, tem um impacto ambiental significativo, visto que painéis solares deveriam ser colocados em zonas que não sejam florestais, como no topo de edifícios ou parques de estacionamento.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 85316 Sofia Barata em 2025-06-10

Comentário:

Sou residente numa das freguesias afetadas pela proposta da Central Solar Fotovoltaica do Pinhal Interior II e gostaria de colocar as seguintes questões, que considero importantes para garantir uma convivência justa entre o projeto e as populações locais. Solicito que estas preocupações sejam consideradas no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental: Como será garantido o acesso aos caminhos rurais, trilhos e servidões de passagem durante e após a construção da central? Que compensações diretas estão previstas para moradores afetados por ruído, poeiras ou impacto visual? Estão previstas oportunidades de emprego locais? A população residente terá prioridade? Que garantias existem de que os terrenos ocupados temporariamente serão recuperados nas condições originais? O abastecimento de água através de poços ou nascentes será monitorizado e protegido? Haverá algum benefício direto para a população, como acesso a energia mais barata ou participação em comunidades energéticas? Está previsto algum canal de comunicação direto com os promotores para esclarecimentos, denúncias ou emergências? Que plano existe para prevenir incêndios, tendo em conta o histórico recente de fogos florestais na zona? Como serão protegidas as espécies animais (incluindo aves migratórias) durante e após a construção? A instalação da linha elétrica terá impacto na saúde das populações que vivem junto ao corredor elétrico? O projeto limita ou condiciona usos futuros do território, como agroturismo, agricultura ou habitação? Que medidas serão tomadas em caso de acidente (ex: derrames, incêndios, colapso de infraestruturas)? Haverá fiscalização independente dos impactos ambientais e publicação dos resultados? Como será feito o desmantelamento e destino final dos painéis solares e outros equipamentos no fim de vida útil? Existe algum plano para proteger o património paisagístico, arqueológico e arquitetónico da região? A linha elétrica ou a infraestrutura solar poderá interferir com o sinal de TV, rádio ou telecomunicações? Serão impostas restrições às práticas agrícolas tradicionais, como uso de herbicidas ou queimadas? Está previsto algum apoio a agricultores e proprietários diretamente afetados pela ocupação de terras? A população será envolvida em decisões futuras sobre o projeto ou o seu acompanhamento? Parte dos lucros será reinvestida localmente em melhorias de infraestruturas ou serviços públicos? Estas questões visam garantir que o projeto contribui para a transição energética sem desvalorizar ou prejudicar as comunidades locais. Agradeço desde já a consideração e aguardo respostas claras no Estudo de Impacte Ambiental.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 85290 ines Pimentel em 2025-06-10

Comentário:

Destruir milhares de hectares em nome do ambiente é perverso e controverso. Não é solução e até um leigo consegue ver que o que está a ser feito é um péssimo caminho. Proteger a natureza, a fauna e a flora é essencial.

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

Comentário:

Omissão crítica da avaliação dos impactos na saúde da população com 45 ou mais anos com doenças crónicas na PDA da Central Solar do Pinhal Interior IIA Proposta de Definição de Âmbito (PDA) da Central Solar do Pinhal Interior II – que visa a hibridização com o Parque Eólico existente e a construção de uma nova linha elétrica – contém uma omissão grave e estrutural: não contempla qualquer análise dos impactos na saúde da população com 45 ou mais anos que vive com pelo menos uma doença crónica, embora esta constitua a maioria da população residente nas freguesias afetadas (Sarzedas, Santo André das Tojeiras, Sobreira Formosa e Alvito da Beira). Esta população apresenta vulnerabilidades complexas e acumuladas, amplamente reconhecidas: Prevalência elevada de doenças cardiovasculares, respiratórias, osteoarticulares e metabólicas; Exposição continuada a fenómenos de calor extremo, cujo agravamento é expectável no atual contexto de alterações climáticas; Acesso insuficiente e geograficamente desigual a serviços de saúde, com particular défice em resposta de emergência e cuidados diferenciados no Interior Centro. Apesar destas evidências: A saúde humana não é considerada como fator ambiental autónomo no documento; Não é efetuada qualquer segmentação etária ou clínica da população potencialmente exposta; Não se articulam os riscos com planos e diagnósticos existentes, como o Plano Nacional de Saúde, o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, ou os dados do ACeS Beira Interior Sul; Não há qualquer referência a modelações de risco térmico ou cumulativo, nem se avaliam os impactos sinérgicos da alteração do uso do solo. A substituição massiva de vegetação natural por estruturas fotovoltaicas e áreas técnicas, sem contrapartidas ecológicas visíveis, poderá: Aumentar a temperatura superficial e agravar o risco de efeito de ilha de calor rural; Reduzir a cobertura vegetal com função de sombreamento e evapotranspiração; Intensificar a vulnerabilidade fisiológica dos cidadãos com baixa resiliência térmica e doença crónica, aumentando os riscos de descompensações clínicas. Neste sentido, exige-se: 1. A inclusão da saúde humana como fator ambiental a avaliar na fase seguinte do procedimento, com base em indicadores clínicos e demográficos específicos da região; 2. A integração de dados de saúde pública regional e nacional, segmentados por idade e condição de saúde, com destaque para doenças crónicas; 3. A avaliação dos riscos cumulativos e sinérgicos nas fases de construção e operação, com destaque para a exposição ao calor extremo; 4. A definição de medidas de mitigação e compensação orientadas para a população mais vulnerável, incluindo infraestruturas verdes, zonas de abrigo térmico e protocolos de articulação com os serviços de saúde; 5. A consideração efetiva de princípios de equidade territorial, justiça climática e intergeracional no planeamento energético. A desconsideração da saúde humana, num território envelhecido, desertificado e com enormes fragilidades no acesso à saúde, compromete os objetivos da Avaliação de Impacte Ambiental, bem como o direito à proteção da saúde consagrado no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa. A transição energética deve ser compatível com a dignidade humana, a coesão territorial e a justiça climática. Ignorar a saúde das populações não é compatível com nenhum desses princípios.

Anexos: Não

Tipologia: Reclamação



Parecer sobre a proposta de definição de âmbito do projeto da Central Fotovoltaica do Pinhal Interior II, no âmbito da consulta pública em Junho 2025

1. Introdução

Este parecer técnico tem como objetivo analisar a Proposta de Definição de Âmbito (PDA) referente ao projeto da Central Fotovoltaica do Pinhal Interior II (CSF Pinhal Interior II), de 98 MW, que pretende hibridizar o Parque Eólico do Pinhal Interior. A análise baseia-se no documento apresentado na PDA e cartografia associada, e tem em consideração os potenciais impactes ambientais sobre as espécies de morcegos.

2. Descrição do Empreendimento

O projeto da CSF Pinhal Interior II será constituída por:

- Central fotovoltaica com 171710 painéis fotovoltaicos distribuídos por três núcleos (Sarzedas Nascente, Sarzedas Poente e Pousadas), postos de transformação, redes de valas e cabos.
- Posto de Corte no núcleo de Sarzedas.
- Subestação no núcleo de Pousadas (30/60 kV).
- Linhas elétricas a 30 kV a ligar o núcleo de Sarzedas Poente ao Posto de Corte e este último à Subestação de Pousadas.
- Linha de muito alta tensão, a 60 kV com cerca de 13,3 km

A CSF Pinhal Interior II será implantada numa área de 1061 ha, não sendo especificada qual a área real prevista para ocupar com os painéis solares.

A área de estudo em análise está localizada nos concelhos de Castelo Branco e Proença-a-Nova, no distrito de Castelo Branco. Toda a área de implantação da CSF Pinhal Interior II está inserida no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional.

Grande parte da área de estudo foi atingida por um incêndio em 2023, predominando nas áreas não afetadas por este, manchas de pinhal bravo, matos e pequenas manchas de eucaliptal.

3. Análise da situação de referência

Morcegos: Os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos. São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica

que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo.

A alteração profunda no habitat originada por projetos de energias renováveis e em particular, pelas centrais fotovoltaicas, pode afetar significativamente as populações existentes na região, não só devido à perda potencial de áreas preferenciais de alimentação, como da eventual diminuição de disponibilidade de presas, ou até destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

Durante a fase de operação das centrais solares fotovoltaicas é muito provável que ocorra mortalidade para a generalidade das espécies de morcegos, situação já reportada nalguns projetos similares nos EUA. Esta pode ocorrer não só nas linhas de painéis solares, como também ao nível das próprias vedações, mas desconhece-se de momento qual a magnitude que a mesma pode ter.

A área da CSF Pinhal Interior II está totalmente inserida no Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, que abrange várias explorações mineiras, algumas das quais ocupadas por morcegos.

Na área de influência da CSF Pinhal Interior II, estão referenciados alguns abrigos de morcegos, em antigas galerias de prospeção e numa azenha, com a presença pelo menos do género *Rhinolophus*. É muito provável que também existam antigas galerias de explorações mineiras nessa área.

4. Conclusão e Recomendações

Face ao potencial da região para os morcegos e aos eventuais impactes negativos provocados pela CSF Pinhal Interior, considera-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá que incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:

- Caracterização da situação de referência (ano 0) que inclua amostragens acústicas (campanhas mensais de março a outubro; detetores de ultrassons passivos de espectro total; amostragens contínuas desde o pôr-do-sol até mínimo de 4h depois; número de locais de amostragem adequados à dimensão da CSF Pinhal Interior II e aos principais habitats presentes) e prospeção/monitorização de abrigos (raio de até 10km ao redor da área de implantação da CSF; com especial atenção aos períodos de hibernação e maternidade, a edifícios, minas, minas de água, pontes e outras infraestruturas que possam ser utilizadas como abrigos por morcegos).
- Avaliação dos impactes provocados pela CSF Pinhal Interior II.
- **Avaliação dos impactes cumulativos** com outros projetos em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat (parques eólicos, vias de comunicação, empreendimentos turísticos, centrais solares fotovoltaicas, etc.).
- Plano de Monitorização (PM) que inclua pelo menos os dois primeiros anos de exploração e caso se considere necessário, também a fase de construção da CSF Pinhal Interior II. O PM deverá adotar as metodologias já implementadas para o ano 0 (se necessário, ajustá-las) e determinar a mortalidade provocada pela CSF (prospeção de cadáveres semanal pelo menos de Março a Outubro, nas áreas dos

painéis fotovoltaicos, linha elétrica, postos de transformação, contentores de armazenamento, subestação elevatória e vedações; amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade).

Considera-se ainda que a CSF Pinhal Interior II e respetivas linhas elétricas:

- Não deverá afetar núcleos de quercíneas nem áreas florestais que contenham árvores maduras ou de maior porte.
- Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas e de outras folhosas autóctones, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caracterização, dentro e fora da área de implantação da CSF).
- Deverá implementar medidas de mitigação de perda de habitat em áreas adjacentes à CSF, e de minimização do efeito barreira. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.
- Aquando do corte de árvores, devem ser adotadas medidas de salvaguarda da eventual utilização das mesmas como abrigo pelos morcegos.

A CHIRO – Associação **Morcegos.PT**

12 de junho de 2025